

DÖHLER S.A.

Companhia Aberta (código CVM 520-7)
CNPJ 84.683.408/0001-03
Joinville – Santa Catarina

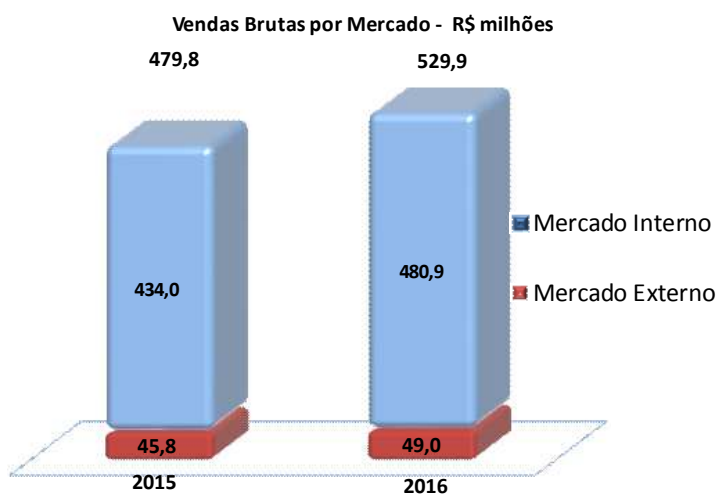
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Na forma da lei, a Administração da Companhia, submete para apreciação, as Demonstrações Financeiras da Companhia Controladora e Consolidado, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

DESEMPENHO SETORIAL E OPERACIONAL DA EMPRESA

Diante do cenário político e econômico extremamente adverso que mergulhou o país num quadro recessivo preocupante, com crescimento negativo próximo dos 4%, a empresa administrou satisfatoriamente a situação negativa, durante o exercício de 2016. Percebendo desde o início a inevitável depressão do mercado, tanto interno, quanto global, a companhia adotou uma postura agressiva de vendas que, se de um lado ensejou o comprometimento do resultado, de outro, permitiu um crescimento físico da produção de quase 2% e um aumento do faturamento da ordem de 10,4%. Dentro do segmento têxtil, que registrou perdas importantes, o desempenho do resultado alcançado pela Döhler pode ser considerado animador. Importante adicionar que a conquista de fidelização de sua clientela, permite a empresa enfrentar com mais segurança o exercício próximo. Destarte, os investimentos realizados no desenvolvimento de novos produtos também contribuíram para o enfrentamento da crise em curso. Cabe mencionar igualmente que o setor têxtil foi penalizado com a redução do programa de desoneração tributária. Finalmente, a expectativa para 2017 remete as oportunidades de mercado para um discreto crescimento.



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Diante das adversidades, resultantes da preocupante crise econômica enfrentada pelo Brasil e que deverá permanecer por um período mais longo, a companhia, para manter a solidez de sua operação, que pode ser considerada segura para o investidor, decidiu reduzir os seus investimentos nos últimos 2 anos.



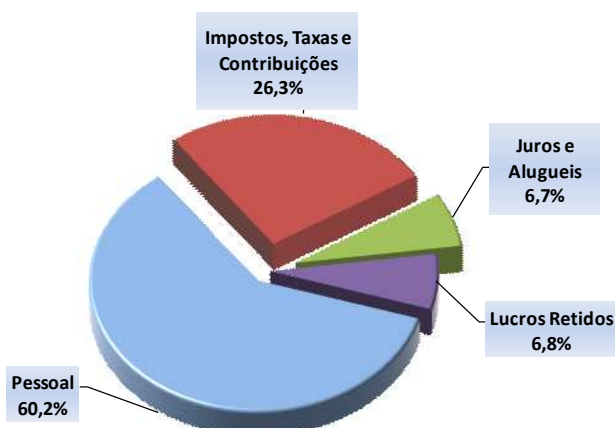
POLÍTICA DE VALORES HUMANOS

O quadro de pessoal da companhia durante o exercício, situou-se em torno de 3000 funcionários. Cabe registrar que a boa qualificação do contingente humano, permitiu que a empresa mantivesse os seus bons indicadores de qualidade e produtividade, núcleo vital de competência e competitividade. O programa de participação nos resultados dos funcionários manteve a mesma política do exercício anterior.

Os programas de treinamento foram mantidos, bem como as ações que impactam sobre a qualidade de vida de seus funcionários, como os socioassistenciais, de saúde e de valores éticos.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 2016 (Consolidado)

O valor adicionado líquido de R\$ 226.039 mil em 2016, consolidado, teve a seguinte destinação:

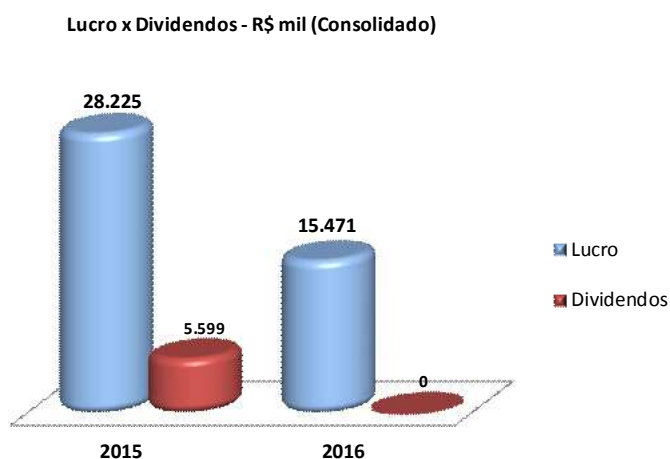


MEIO AMBIENTE

A companhia investe continuamente para atender plenamente todos os compromissos ambientais, cumprindo integralmente as determinações legais (CONAMA 430, 396 e Lei Estadual do Meio Ambiente 14.675). Assim, o aterro de resíduos sólidos próprio, o programa de economia de água e controle das emissões gasosas, continuam sendo rigorosamente cumpridos e acompanhados pela certificação da empresa pelas normas ISO-14.000. Ainda, no ano de 2016, foram investidos aproximadamente R\$ 5.000 mil na modificação do nosso aterro industrial e no tratamento dos gases oriundos do processo de acabamento têxtil, sequestrando a fumaça da exaustão.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E REMUNERAÇÃO DO ACIONISTA

Como mencionado no item de “Desempenho Setorial e Operacional da Empresa”, a companhia, para manter o seu nível de atividade, diante da crise que o país enfrenta, teve que acomodar o lucro líquido do exercício em R\$ 15.5 milhões. De outro lado, pelo fato da “Subvenção para Investimentos” ter sido superior ao lucro líquido, deixam de ser propostos dividendos à Assembleia Geral de Acionistas, como explicitado na nota 22.2 e 30 das demonstrações financeiras.



EBITDA (LAJIDA)

O lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, resultou em 9,36% sobre a Receita Operacional Líquida em 2015 e 6,86% em 2016.



EMPRESA CONTROLADA

A empresa controlada COMFIO – Companhia Catarinense de Fiação tem suas atividades operacionais voltadas a produzir fios para a sua controladora. Apresentou durante o ano de 2016, faturamento de R\$ 47.874 Mil e lucro líquido de R\$ 3.744 Mil.

INSTRUÇÃO CVM 381/2003

Em atendimento ao disposto nesta instrução, informamos que os auditores independentes, no decorrer do ano de 2016, prestaram apenas serviços de auditoria externa, não tendo sido realizados quaisquer outros trabalhos para a Companhia.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que colaboraram conosco durante o ano de 2016, em especial, nossos talentos humanos, instituições financeiras, clientes e fornecedores. Agradecemos também aos nossos acionistas, membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Joinville (SC) 06 de fevereiro de 2017.

A Diretoria

DÖHLER S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	70.858	57.636	73.846	62.403
Contas a Receber de Clientes	8	104.040	119.659	100.839	115.295
Estoques	9	107.354	104.198	112.848	111.345
Tributos a Recuperar	10	4.481	5.147	5.879	6.074
Créditos a Receber	8	5.122	4.279	5.589	4.793
Dividendos Controlada	11	3.624	5.323	-	-
Despesas do Exercício Seguinte		453	1.082	557	1.180
Total do Ativo Circulante		295.932	297.324	299.558	301.090
NÃO-CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Depósitos Judiciais		1.255	694	2.023	1.462
Créditos Tributários	10	4.287	6.364	4.339	6.415
Tributos Diferidos	18	4.077	4.933	4.077	4.933
Outros Créditos	8	-	931	-	1.502
Total do Realizável a Longo Prazo		9.619	12.922	10.439	14.312
Investimentos					
Controladas	11	49.053	48.086	-	-
Outros Investimentos		52	52	53	53
Total de Investimentos		49.105	48.138	53	53
Imobilizado	12	291.064	289.279	329.996	326.570
Intangível	13	1.740	2.130	1.778	2.226
Total do Ativo Não-Circulante		351.528	352.469	342.266	343.161
TOTAL DO ATIVO		647.460	649.793	641.824	644.251

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras."

DÖHLER S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	20.234	18.975	11.074	10.617
Empréstimos e Financiamentos	17	5.931	19.675	5.931	19.675
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	9.755	10.719	11.752	12.850
Obrigações Tributárias	16	2.760	2.880	3.496	3.577
Dividendos e Juros s/Capital Próprio		15	4.817	42	4.863
Outras Obrigações	15	8.204	7.735	7.678	6.849
Total do Passivo Circulante		46.899	64.801	39.973	58.431
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	8.668	10.290	8.668	10.290
Obrigações Tributárias	16	3.385	3.839	3.574	4.232
Provisões para Contingências	19	557	449	1.312	542
Impostos Diferidos	18	71.125	69.508	71.125	69.508
Outras Obrigações		839	782	1.000	943
Receita Diferida	20	5.102	6.658	5.102	6.658
Total do Passivo Não Circulante		89.676	91.526	90.781	92.173
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	22	180.000	180.000	180.000	180.000
Reservas de Lucros		216.007	197.295	216.007	197.295
Ajustes de Avaliação Patrimonial		115.176	116.562	115.176	116.562
Ajustes Acumulados de Conversão		(298)	(391)	(298)	(391)
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas da controladora		510.885	493.466	510.885	493.466
Participação dos não controladores no PL das Controladas		-	-	185	181
Total do Patrimônio Líquido		510.885	493.466	511.070	493.647
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		647.460	649.793	641.824	644.251

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras."

DÖHLER S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

RESULTADO POR FUNÇÃO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita com Vendas	23	427.525	397.232	429.173	398.264
Custos dos Produtos Vendidos		(333.356)	(296.522)	(325.387)	(288.097)
Lucro Bruto		94.169	100.710	103.786	110.167
<i>Despesas (Receitas) Operacionais</i>					
Com Vendas		(63.758)	(60.436)	(65.562)	(62.011)
Gerais e Administrativas		(24.996)	(23.824)	(26.508)	(24.872)
Outras Receitas / Despesas Operacionais	28	7.164	4.146	6.187	3.799
Resultado da Equivalência Patrimonial	11	3.947	5.382	-	-
Total das Despesas Operacionais		(77.643)	(74.732)	(85.883)	(83.084)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		16.526	25.978	17.903	27.083
Receitas Financeiras	27	15.153	19.332	15.534	20.102
Despesas Financeiras	27	(14.394)	(11.156)	(14.493)	(11.250)
Lucro Antes dos Tributos		17.285	34.154	18.944	35.935
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	18	-	(297)	(1.645)	(2.058)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18	(1.828)	(5.652)	(1.828)	(5.652)
Lucro Líquido das Operações Continuadas		15.457	28.205	15.471	28.225
Lucro Líquido do Exercício	29	15.457	28.205	15.471	28.225
Atribuído a:					
Participação da Controladora				15.457	28.205
Participação dos Não Controladores				14	20
Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais):					
De Operações Continuadas:		0,26	0,46		

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras."

DÖHLER S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	15.457	28.205	15.471	28.225
Outros Resultados Abrangentes	1.953	(40)	1.956	(39)
Ajustes de Conversão de Controladas no Exterior	93	(296)	93	(296)
Ajustes sobre Ativos Financeiros disponíveis para Venda	1.860	256	1.863	257
Total de Resultados Abrangentes do Exercício	17.410	28.165	17.427	28.186
Participação da Controladora			17.410	28.165
Participação dos Não Controladores			17	21

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras."

DÖHLER S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	Reservas de Lucros				Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes		Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controlado- res no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total		
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Investimentos	Reserva Subvenção p/ Investimentos		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ajustes Acumulados de Conversão				Patrimônio	
											Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controlado- res no Patr.Liq. das Controladas
Em 31 de dezembro de 2014	180.000	18.418	109.638	43.398	-	119.541	(95)	470.900	183	471.083		
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	28.205	-	-	28.205	20	28.225		
Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	-	-	-	(296)	(296)	-	(296)		
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	4.594	(4.594)	-	-	-	-		
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	(1.359)	1.359	-	-	-	-		
Ajuste de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	256	-	256	-	256		
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(40)	-	(40)		
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	28.165	20	28.185		
Aquisição Investimento Controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)		
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(5.599)	-	-	(5.599)	(19)	(5.618)		
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	(5.599)	(22)	(5.621)		
Reserva Legal	-	1.410	-	-	(1.410)	-	-	-	-	-		
Reserva para Investimento	-	-	8.330	-	(8.330)	-	-	-	-	-		
Subvenção para Investimento	-	-	-	16.101	(16.101)	-	-	-	-	-		
Em 31 de dezembro de 2015	180.000	19.828	117.968	59.499	-	116.562	(391)	493.466	181	493.647		
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	15.457	-	-	15.457	14	15.471		
Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	-	-	-	93	93	-	93		
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	4.612	(4.612)	-	-	-	-		
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	(1.366)	1.366	-	-	-	-		
Ajuste de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	1.860	-	1.860	3	1.863		
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	1.953	3	1.956		
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	17.410	17	17.427		
Reversão de Dividendos	-	-	-	-	9	-	-	9	-	9		
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(13)	(13)		
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	9	(13)	(4)		
Reserva Legal	-	773	-	-	(773)	-	-	-	-	-		
Reserva para Investimento	-	-	1.520	-	(1.520)	-	-	-	-	-		
Subvenção para Investimento	-	-	-	16.419	(16.419)	-	-	-	-	-		
Em 31 de dezembro de 2016	180.000	20.601	119.488	75.918	-	115.176	(298)	510.885	185	511.070		

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras."

DÖHLER S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Exercício	15.457	28.205	15.471	28.225
Ajustado por:				
Depreciação e Amortização	10.330	9.068	11.555	10.210
Variação Cambial	3.408	(4.716)	3.408	(4.716)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(3.947)	(5.382)	-	-
Valor Residual dos Ativos Imobilizados Baixados	103	49	103	49
Juros s/Empréstimos	1.031	1.216	1.031	1.216
Imposto de Renda e Contribuições Sociais Diferidos	1.828	5.652	1.828	5.652
Provisões	1.555	2.327	2.217	2.392
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	29.765	36.419	35.613	43.028
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais				
Contas a Receber de Clientes	10.552	(15.549)	9.389	(13.550)
Estoques	(3.342)	(289)	(1.710)	(3.604)
Outras contas a receber	4.470	(1.626)	5.507	(2.347)
Fornecedores	1.260	(410)	457	(726)
Obrigações Tributárias	(79)	(2.200)	(41)	(2.254)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(964)	(1.387)	(1.098)	(1.459)
Outras contas a pagar	426	1	239	(175)
Juros sobre empréstimos pagos	(3.114)	(1.735)	(3.114)	(1.735)
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS	9.209	(23.195)	9.629	(25.850)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	38.974	13.224	45.242	17.178
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Investimentos	-	(7)	-	(7)
Ativos Imobilizados	(11.517)	(21.163)	(14.303)	(22.389)
Ativos Intangíveis	(222)	(602)	(222)	(646)
Dividendos/Lucros Recebidos de Sociedades Controladas	5.323	7.701	-	-
Ajustes Acumulados de Conversão de Moedas	-	-	93	(296)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(6.416)	(14.071)	(14.432)	(23.338)
FLUXO DE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de Empréstimos e Financiamentos	8.678	21.034	8.678	21.034
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(23.221)	(19.107)	(23.221)	(19.107)
Dividendos/Lucros Pagos	(4.793)	(9.585)	(4.824)	(9.618)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(19.336)	(7.658)	(19.367)	(7.691)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.222	(8.505)	11.443	(13.851)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	57.636	66.141	62.403	76.254
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	70.858	57.636	73.846	62.403

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras."

DÖHLER S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
RECEITAS				
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	523.309	473.884	526.169	475.398
Outras Receitas Líquidas de Despesas	8.713	7.144	10.665	7.916
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.292)	(1.879)	(1.292)	(1.879)
	530.730	479.149	535.542	481.435
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços	(230.512)	(197.229)	(184.208)	(155.732)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(110.906)	(109.677)	(129.274)	(123.844)
	(341.418)	(306.906)	(313.482)	(279.576)
VALOR ADICIONADO BRUTO	189.312	172.243	222.060	201.859
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(10.330)	(9.068)	(11.555)	(10.210)
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	178.982	163.175	210.505	191.649
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.947	5.382	-	-
Receitas Financeiras	15.153	19.332	15.534	20.102
	19.100	24.714	15.534	20.102
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	198.082	187.889	226.039	211.751
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	114.913	106.653	136.010	124.979
Remuneração Direta	93.174	86.446	110.225	101.501
Benefícios	12.985	12.352	15.391	14.189
FGTS	8.754	7.855	10.394	9.289
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	52.642	41.262	59.389	46.684
Federais	38.386	30.605	44.764	35.691
Estaduais	13.305	9.830	13.306	9.832
Municipais	951	827	1.319	1.161
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	15.070	11.769	15.169	11.863
Juros	14.394	11.156	14.493	11.250
Alugueis	676	613	676	613
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	15.457	28.205	15.471	28.225
Dividendos	-	5.599	-	5.618
Lucros Retidos	15.457	22.606	15.471	22.607
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	198.082	187.889	226.039	211.751

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras."

DÖHLER S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empresa DÖHLER S.A. é uma Companhia aberta e está registrada na Bovespa. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.408/0001-03, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 4230000515-1. Está sediada na cidade de Joinville (SC), Rua Arno Waldemar Döhler, nº 145, Zona Industrial Norte, CEP 89.219-902.

A DÖHLER S.A. tem como atividade preponderante a fabricação de tecidos de fibras de algodão, artificiais, sintéticas ou mistas para uso doméstico ou industrial, seus artefatos e respectiva comercialização.

A emissão destas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2017.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Döhler S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Pais</u>	<u>% de Participação</u>	
		<u>2016</u>	<u>2015</u>
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	Brasil	99,63%	99,63%
Döhler USA Inc.	USA	100,00%	100,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas, do custo de estoques que corresponderem a resultados ainda não realizados, de negócios entre as sociedades; e,
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4. Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não-monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas aos valores de custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do período, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6. Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, não-derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não-circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os juros calculados com base no método da taxa efetiva, os ganhos ou perdas com variação cambial, e as perdas por redução ao valor recuperável quando aplicável, são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes, enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras. As perdas estimadas com *impairment* no contas a receber, são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado necessário e suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

3.8. Estoques

Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total para os custos industriais, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência.

3.9. Investimentos

Os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados pelo método do custo, reduzidos ao seu valor recuperável quando aplicável.

3.10. Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. Estão inclusos os custos incorridos dos empréstimos durante o período de construção, modernização e expansão de unidades industriais.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com objetivo de adequar as taxas de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

3.12. Avaliação a valor recuperável de ativos

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

3.16. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real e lucro presumido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17. Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito nas notas explicativas 20 e 30. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas, e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

3.18. Benefícios a Empregados

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de até 10% do lucro líquido consolidado após os impostos, com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de venda de produtos e serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia.

3.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevante, foram ajustados a valor presente com base em taxas de desconto do mercado. A taxa de desconto utilizada é o CDI (Certificados de Depósitos Interbancários). A mensuração do ajuste a valor presente foi realizada em base exponencial pro rata die, a partir da origem de cada transação.

4. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) Créditos de liquidação duvidosa são provisionados e posteriormente lançados para perdas quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques;
- c) Revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações;
- d) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa;
- f) As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Aplicações Financeiras:** As aplicações são classificadas como mantidas para negociação ou como caixa e equivalentes de caixa, quando resgatáveis em curtíssimo prazo (inferior a 90 dias). Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado.

- c) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- d) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- e) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, preço de commodities (algodão), câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

• Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

• Risco de Preço de Commodities (algodão)

A Companhia possui contratos de compra de algodão com entregas futuras programadas e preço determinado. Em 31 de dezembro de 2016, o montante contratado é de R\$ 3.712.

• Risco de Exposição Cambial

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ 4.206, cuja composição encontra-se detalhada no quadro de “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

• Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, apresentamos a seguir demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na

taxa de câmbio. A Companhia adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente na elaboração destas demonstrações financeiras.

Descrição da Operação	2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Clientes no Mercado Externo	15.380	15.380	11.535	7.690
Cambial Disponível	2.112	2.112	1.584	1.056
Adiantamento Contrato de Câmbio	(2.314)	(2.314)	(1.735)	(1.157)
Fornecedores Exterior	(1.471)	(1.471)	(1.103)	(736)
Exposição Líquida - R\$	13.707	13.707	10.281	6.853
Ganho/Perda			(3.426)	(6.854)
Exposição Líquida - US\$	4.206	4.206	4.206	4.206
Taxa Dólar	3,2591	3,2591	2,4443	1,6296

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes, e portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ATIVOS FINANCEIROS				
Mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado				
Caixa e Equivalentes de Caixa	65.681	51.253	68.129	55.823
Recebíveis				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.177	6.383	5.717	6.580
Contas a Receber de Clientes	104.040	119.659	100.839	115.295
Depósitos Judiciais	1.255	694	2.023	1.462
	110.472	126.736	108.579	123.337
Disponíveis para Venda				
Ações	-	931	-	1.502
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	176.153	178.920	176.708	180.662
PASSIVOS FINANCEIROS				
Outros Passivos Financeiros				
Fornecedores	20.234	18.975	11.074	10.617
Empréstimos e Financiamentos	14.599	29.965	14.599	29.965
TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	34.833	48.940	25.673	40.582

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e Bancos Conta Movimento	3.065	3.676	3.605	3.873
Aplicações Financeiras	65.681	51.253	68.129	55.823
Cambial Disponível	2.112	2.707	2.112	2.707
Total de Caixa e Equivalentes	70.858	57.636	73.846	62.403

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a Receber de Clientes	107.950	122.236	109.460	123.513
Contas a Receber de Empresas Ligadas	4.710	5.641	-	-
Cambial Disponível	(2.112)	(2.707)	(2.112)	(2.707)
Impairment (Provisão para Perdas)	(6.508)	(5.511)	(6.508)	(5.511)
Contas a Receber de Clientes	104.040	119.659	100.840	115.295
Adiantamentos	5.122	4.275	5.571	4.759
Outros Créditos a Receber	-	4	18	34
Créditos a Receber	5.122	4.279	5.589	4.793
Parcela Circulante	109.162	123.938	106.429	120.088
Valores Mobiliários	-	931	-	1.502
Outros Créditos	-	931	-	1.502
Parcela Não Circulante	-	931	-	1.502
Total a Receber de Clientes	104.040	119.659	100.840	115.295
Total das Demais Contas a Receber	5.122	5.210	5.589	6.295
Total Geral	109.162	124.869	106.429	121.590

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aging List Contas a Receber de Clientes				
Vencidos em até 30 dias	5.452	6.933	5.324	6.462
Vencidos entre 30 e 180 dias	7.690	10.770	4.219	10.312
Vencidos acima de 180 dias	7.844	9.839	7.844	6.294
A vencer em até 60 dias	65.177	66.515	65.755	66.625
A vencer entre 60 e 120 dias	21.235	27.106	21.235	27.106
A vencer acima de 120 dias	3.150	4.007	2.971	4.007
Contas a Receber de Clientes	110.548	125.170	107.348	120.806

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a Receber por Tipo de Moeda				
Reais	95.168	100.963	95.177	100.977
US\$	15.380	24.207	12.171	19.829
Contas a Receber de Clientes	110.548	125.170	107.348	120.806

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Movimentação da Provisão Impairment				
Saldo Anterior	5.511	3.956	5.511	3.956
Títulos Baixados Contra a Provisão	(2.256)	(4.532)	(2.256)	(4.532)
Provisão Constituída Durante o Exercício	3.253	6.087	3.253	6.087
Saldo Impairment (Provisão para Perdas)	6.508	5.511	6.508	5.511

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos Acabados	29.967	32.409	33.279	37.505
Produtos em Elaboração	31.114	32.177	31.530	32.414
Matérias Primas	36.506	29.717	36.549	29.758
Materiais Diversos	10.926	10.957	13.077	13.109
Provisão p/Redução ao Valor Recuperável dos Estoques	(1.159)	(1.062)	(1.159)	(1.062)
Lucro não Realizado nos Estoques	-	-	(428)	(379)
Total dos Estoques	107.354	104.198	112.848	111.345

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
IRPJ e CSLL a Compensar	3.258	3.136	3.285	3.168
IPI	232	493	234	517
ICMS	454	466	1.794	498
Outros Tributos	537	1.052	566	1.891
Parcela Circulante	4.481	5.147	5.879	6.074
Créditos Refis - Comitê Gestor	3.856	5.713	3.856	5.713
ICMS	431	651	483	702
Parcela Não Circulante	4.287	6.364	4.339	6.415
Total de Impostos a Recuperar	8.768	11.511	10.218	12.489

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

	Controladora									
	2016	2015								
Saldo no início do período	48.086	47.807								
Equivalência patrimonial:										
<i>Participação nos Resultados</i>		3.995		5.314						
<i>Lucros não Realizados nos Estoques</i>		(48)		68						
Aquisição Investimentos		-		7						
Patrimônio Líquido Negativo		(343)		386						
Ajuste Conversão de Moedas		93		(296)						
Ajuste Instrumentos Financeiros		894		123						
Dividendos		(3.624)		(5.323)						
Saldo no final do período	49.053	48.086								
Controladora										
Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado	Resultado não Realiz.	% de Participação	Patrimônio Equivalente	
Em 31 de dezembro de 2015										
Comfio	Brasil	59.584	10.938	48.646	42.306	5.430	(379)	99,62%	48.084	
Döhler U.S.A.	EUA	4.871	5.810	(939)	5.024	(90)	-	100%	(939)	
		64.455	16.748	47.707	47.330	5.340	(379)			47.145
Em 31 de dezembro de 2016										
Comfio	Brasil	59.133	9.469	49.665	47.873	3.744	(427)	99,63%	49.053	
Döhler U.S.A.	EUA	4.229	4.825	(596)	6.045	250	-	100%	(596)	
		63.362	14.294	49.069	53.918	3.994	(427)			48.457

12. IMOBILIZADO

a) Composição dos Saldos:

Imobilizado	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Terrenos	88.803	88.765	100.939	100.901
Edifícios e Benfeitorias	95.354	91.270	118.078	113.772
Máquinas e Equipamentos	333.079	326.038	382.002	374.395
Móveis e Utensílios	13.789	12.952	14.768	13.858
Veículos	1.920	1.920	2.008	1.994
Imobilizado em Andamento	8.296	11.061	10.750	11.604
Outros	44	44	44	44
Total do Imobilizado	541.285	532.050	628.589	616.568

Depreciações Acumuladas	Taxa de Depreciação anual	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Edifícios e Benfeitorias	2%	(33.656)	(31.372)	(43.048)	(40.165)
Máquinas e Equipamentos	3 a 5%	(205.839)	(201.443)	(244.031)	(239.125)
Móveis e Utensílios	7 a 10%	(9.221)	(8.543)	(9.957)	(9.248)
Veículos	20%	(1.505)	(1.413)	(1.557)	(1.460)
Total Depreciação Acumulada		(250.221)	(242.771)	(298.593)	(289.998)
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO		291.064	289.279	329.996	326.570

b) Movimentação do Ativo Imobilizado:

Classe do Imobilizado	Controladora					Saldo Líquido em 31/12/2015
	Saldo Líquido em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	88.175	-	-	-	590	88.765
Edifícios e Benfeitorias	50.530	11	-	(2.217)	11.574	59.898
Máquinas e Equipamentos	99.781	1.405	(47)	(5.788)	29.244	124.595
Móveis e Utensílios	4.219	780	(2)	(656)	68	4.409
Veículos	599	-	-	(92)	-	507
Imobilizado em Andamento	33.569	18.968	-	-	(41.476)	11.061
Outros	44	-	-	-	-	44
TOTAL	276.917	21.164	(49)	(8.753)	-	289.279

Classe do Imobilizado	Controladora					Saldo Líquido em 31/12/2016
	Saldo Líquido em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	88.765	-	-	-	38	88.803
Edifícios e Benfeitorias	59.898	-	-	(2.283)	4.083	61.698
Máquinas e Equipamentos	124.595	179	(96)	(6.540)	9.102	127.240
Móveis e Utensílios	4.409	128	(7)	(714)	752	4.568
Veículos	507	-	-	(92)	-	415
Imobilizado em Andamento	11.061	11.210	-	-	(13.975)	8.296
Outros	44	-	-	-	-	44
TOTAL	289.279	11.517	(103)	(9.629)	-	291.064

Consolidado

Classe do Imobilizado	Consolidado					Saldo Líquido em 31/12/2015
	Saldo Líquido em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Depreciações	Transferências	
Terrenos	100.312	-	-	-	589	100.901
Edifícios e Benfeitorias	63.124	11	-	(2.805)	13.277	73.607
Máquinas e Equipamentos	109.988	1.790	(48)	(6.273)	29.813	135.270
Móveis e Utensílios	4.372	851	(2)	(678)	67	4.610
Veículos	630	-	-	(96)	-	534
Imobilizado em Andamento	35.613	19.737	-	-	(43.746)	11.604
Outros	44	-	-	-	-	44
TOTAL	314.083	22.389	(50)	(9.852)	-	326.570

Consolidado

Classe do Imobilizado	Consolidado					Saldo Líquido em 31/12/2016
	Saldo Líquido em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Depreciações	Transferências	
Terrenos	100.901	-	-	-	38	100.939
Edifícios e Benfeitorias	73.607	-	-	(2.883)	4.306	75.030
Máquinas e Equipamentos	135.270	171	(95)	(7.049)	9.676	137.973
Móveis e Utensílios	4.610	139	(8)	(745)	815	4.811
Veículos	534	-	-	(97)	14	451
Imobilizado em Andamento	11.604	13.993	-	-	(14.849)	10.748
Outros	44	-	-	-	-	44
TOTAL	326.570	14.303	(103)	(10.774)	-	329.996

A Companhia procedeu a Revisão Anual da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na determinação da revisão da política de estimativa de vida útil, os principais critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, política de manutenção, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia vinculadas a operações de empréstimos e financiamentos (FINEP e BNDES) no valor de R\$ 11.958.

13. INTANGÍVEL

a) Composição dos saldos:

Intangível	Taxa de Amortização anual	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Sistemas Aplicativos - Software		5.058	4.837	5.598	5.375
Amortização Acumulada	10%	(3.318)	(2.707)	(3.820)	(3.149)
Total do Intangível Líquido		1.740	2.130	1.778	2.226

b) Movimentação do intangível:

Sistemas Aplicativos - Software

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo Líquido Inicial	2.130	2.000	2.226	2.138
Aquisições	222	602	222	646
Amortizações	(612)	(472)	(670)	(558)
Saldo Líquido Final	1.740	2.130	1.778	2.226

14. RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2016 a empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por “*impairment*”.

15. FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a Pagar a Fornecedores	9.049	8.407	11.074	10.617
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	11.185	10.568	-	-
Contas a Pagar a Fornecedores	20.234	18.975	11.074	10.617
Comissões a Pagar	4.881	4.921	4.881	4.921
Passivos com Partes Relacionadas	1.855	1.854	1.259	915
Outras Contas a Pagar	1.468	960	1.538	1.013
Outras Obrigações a Pagar	8.204	7.735	7.678	6.849
Parcela Circulante	28.438	26.710	18.752	17.466
Contingências Passivas	557	449	1.312	542
Parcela Não Circulante	557	449	1.312	542
Total a Pagar a Fornecedores	20.234	18.975	11.074	10.617
Total de Outras Contas a Pagar	8.761	8.184	8.990	7.391
Total Geral	28.995	27.159	20.064	18.008

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aging List Contas a Pagar				
A vencer em até 3 meses	20.234	18.975	11.074	10.617
Contas a Pagar a Fornecedores	20.234	18.975	11.074	10.617

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a Pagar por Tipo de Moeda				
Reais	18.763	18.749	9.603	10.391
US\$	1.471	226	1.471	226
Contas a Pagar a Fornecedores	20.234	18.975	11.074	10.617

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Provisão para Férias	4.495	4.471	5.544	5.494
Salários e Ordenados a Pagar	1.524	2.782	1.801	3.261
Contribuições Sociais Trabalhistas a Pagar	3.736	3.466	4.407	4.095
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.755	10.719	11.752	12.850
IRPJ e CSLL a Pagar	-	-	353	335
Pis e Cofins a Pagar	476	553	566	661
Parcelamento REFIS	584	534	786	721
IRF a Pagar	914	1.556	1.004	1.622
ICMS a Pagar	738	193	738	193
Outros Tributos	48	44	49	45
Total Obrigações Tributárias	2.760	2.880	3.496	3.577
Total Circulante	12.515	13.599	15.248	16.427
Não Circulante				
Parcelamento REFIS	2.014	2.428	2.203	2.821
CSLL a Pagar Dedução Lei 11.051/04	1.371	1.411	1.371	1.411
Total Não Circulante	3.385	3.839	3.574	4.232
Total Geral	15.900	17.438	18.822	20.659

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos Anuais	Moeda	Controladora		Consolidado	
			2016	2015	2016	2015
NO BRASIL						
Circulante						
Capital de Giro	Juros de 10,5% a 11,46% a.a.	Reais	-	14.112	-	14.112
Adiantamentos de Câmbio	Juros 3% a 3,38% a.a. (+) V.C.	Dolares	2.314	1.187	2.314	1.187
Finep	Juros de 4% a.a.	Reais	2.909	2.138	2.909	2.138
Prodec	Ufir	Reais	327	2.225	327	2.225
BNDES/Finame	Juros de 9,808 a 10,277% a.a.	Reais	381	13	381	13
Total Circulante			5.931	19.675	5.931	19.675
Não Circulante						
Prodec	Ufir	Reais	-	322	-	322
Finep	Juros de 4% a.a.	Reais	7.818	8.612	7.818	8.612
BNDES/Finame	Juros de 3,5% a.a.	Reais	850	1.356	850	1.356
Total Não Circulante			8.668	10.290	8.668	10.290
Total de Empréstimos e Financiamentos			14.599	29.965	14.599	29.965

Empréstimos e Financiamentos por Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2016	-	19.921	-	19.921
2017	5.918	3.145	5.918	3.145
2018	2.957	2.540	2.957	2.540
2019	2.436	2.039	2.436	2.039
2020 em diante	3.288	2.320	3.288	2.320
	14.599	29.965	14.599	29.965

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se de seu valor justo, pois os encargos estão reconhecidos pró-rata.

Os financiamentos são garantidos por avais, penhor cedular e garantia real.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Composição dos Saldos:				
IRPJ E CSLL a Compensar				
Imposto de Renda a Compensar	2.915	2.977	2.942	3.009
Contribuição Social a Compensar	343	159	343	159
Total Ativo Circulante	3.258	3.136	3.285	3.168
Tributos Diferidos				
IRPJ e CSLL Diferidos sobre Diferenças Temporárias	4.077	4.933	4.077	4.933
Total Ativo Não Circulante	4.077	4.933	4.077	4.933
Tributos a Pagar				
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	353	335
Total Passivo Circulante	-	-	353	335
IRPJ e CSLL Diferidos sobre Custo Atribuído	48.463	49.829	48.463	49.829
IRPJ e CSLL Diferidos sobre Depreciação Vida Útil	22.092	18.889	22.092	18.889
IRPJ e CSLL Diferidos sobre Diferenças Temporárias	570	790	570	790
Total Passivo Não Circulante	71.125	69.508	71.125	69.508
Conciliação do IRPJ e CSLL no Resultado				
Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro				
Aliquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL Calculados a Alíquota Nominal	(5.877)	(11.612)	(6.441)	(12.218)
Ajustes para Apuração do IRPJ e CSLL Efetivos:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.257	1.830	-	-
Incentivos Fiscais	5.597	5.474	5.597	5.474
Juros sobre Capital Próprio	-	1.904	-	1.904
Outros Ajustes	(2.805)	(3.545)	(2.630)	(2.870)
IRPJ e CSLL no Resultado	(1.828)	(5.949)	(3.474)	(7.710)
Tributos Correntes	-	(297)	(1.645)	(2.058)
Tributos Diferidos	(1.828)	(5.652)	(1.828)	(5.652)
Alíquota Efetiva	10,58%	17,42%	18,34%	21,46%

18.1 Tributos Diferidos

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados de acordo com a norma vigente, e são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pela Administração.

19. CONTINGÊNCIAS

19.1 Contingências Ativas

A Companhia e sua controlada COMFIO Cia. Catarinense de Fiação mantém ação judicial sob nº 98.0101083-5, impetrada em 10/03/1998, em fase de Execução de Sentença, objetivando ver reconhecido o direito ao recebimento dos valores exigidos a título de Empréstimo Compulsório da Eletrobrás, desde a data do efetivo pagamento, de acordo com

os índices de inflação sem qualquer expurgo até a sua efetiva restituição, acrescidos de seus consectários legais, dos respectivos valores pagos nos períodos de 1977 a 1994, que permanecem em discussão no valor de R\$ 23.495.

19.2 Contingências Passivas

A Companhia e suas controladas mantêm provisões para contingências de natureza trabalhista. A administração prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contingências Trabalhistas				
Saldo Inicial da Provisão	449	158	542	188
Constituídas Durante o Exercício	108	300	770	363
Reversão de Provisões	-	(9)	-	(9)
Saldo Final da Provisão	557	449	1.312	542
Depósitos Judiciais Relacionados	(376)	(187)	(1.144)	-
Efeito Líquido	181	262	168	542

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes (Tributária, Trabalhista e Civil), cuja possibilidade de perda, avaliada pelos nossos assessores jurídicos, não exige constituição de provisão.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Tributárias	7.197	7.402	10.174	10.571
Trabalhistas	1.910	2.462	2.303	2.983
Civil	6.188	6.200	6.195	6.207
Total	15.295	16.064	18.672	19.761

20. RECEITAS A APROPRIAR

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prodec	4	107	4	107
Finep	4.761	5.886	4.761	5.886
EGF/NPR	-	211	-	211
BNDES/FINAME	337	454	337	454
Total receitas a apropriar	5.102	6.658	5.102	6.658

Os valores lançados como receitas diferidas referem-se a subvenção de empréstimo subsidiado da empresa Döhler S.A., gerado pela diferença entre os encargos decorrentes do uso da taxa cobrada e a taxa de juros de mercado, que será reconhecida no resultado quando da realização das despesas destes encargos.

21. PARTES RELACIONADAS

21.1 Transações com Partes Relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	Ctas. a Receber		Contas a Pagar	
	2016	2015	2016	2015
Comfio	-	5	11.185	10.568
Döhler U.S.A.	4.710	5.636	596	939
Controladas	4.710	5.641	11.781	11.507
Pessoas Ligadas	-	-	1.259	915
	4.710	5.641	13.040	12.422
	Vendas		Compras	
	2016	2015	2016	2015
Comfio	565	540	47.470	41.944
Döhler U.S.A.	3.589	3.872	-	-
	4.154	4.412	47.470	41.944

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os parâmetros de mercado.

21.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Benefícios de Curto Prazo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Remuneração de Conselheiros Fiscais	204	186	204	186
Remuneração de Diretores	4.126	3.747	4.198	3.812
Encargos Sociais dos Conselheiros Fiscais e Diretores	330	299	330	299
Saldo	4.660	4.232	4.732	4.297

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social

O Capital Social é de R\$ 180.000 representado por 60.516.228 ações, sendo 43.574.256 ordinárias e 16.941.972 preferenciais.

Às ações preferenciais são assegurados os direitos que a Lei confere às ações ordinárias, exceto o direito a voto e direito de serem incluídos em eventual oferta pública de alienação de controle. As preferências consistem em: a) Prioridade no reembolso do capital sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade; b) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

22.2 Proposta de Distribuição do Resultado

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o Capital Próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida na letra "c" do artigo 22 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia propõe a seguinte destinação:

	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	15.457	28.205
(-) Constituição de Reserva Legal - 5%	(773)	(1.410)
(-) Subvenção p/Investimentos (nota 30)	(16.419)	(16.101)
(=) Lucro Base para os Dividendos	<u>(1.735)</u>	<u>10.694</u>
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Ordinárias (R\$ 0,0900 bruto e R\$ 0,07650 líquido p/ação)	-	(3.922)
Juros s/Capital Próprio p/ Ações Preferenciais (R\$ 0,09900 bruto e R\$ 0,084150 líquido p/ação)	<u>-</u>	<u>(1.677)</u>
Total Dividendos e Juros s/Capital Próprio	-	(5.599)
Lucros Retidos	14.684	21.196

O Lucro Líquido remanescente do exercício de 2016 no montante de R\$ 14.684, mais o saldo de lucros acumulados de R\$ 3.246 decorrente da realização do custo atribuído do imobilizado pela depreciação e R\$ 9 de Reversão de Dividendos, destinam-se à Reserva para Investimentos no valor de R\$ 1.520 e à Reserva de Subvenção para Investimentos no valor de R\$ 16.419. Ambos se destinam a investimentos, cujo o orçamento de Capital será submetido à Assembleia Geral.

23. RECEITAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mercado Interno	480.495	433.640	480.898	434.002
Mercado Externo	46.549	44.662	49.005	45.814
Receita Operacional Bruta	<u>527.044</u>	<u>478.302</u>	<u>529.903</u>	<u>479.816</u>
(-) Impostos s/ Vendas e Devoluções	(99.519)	(81.070)	(100.730)	(81.552)
Receita de Vendas	<u>427.525</u>	<u>397.232</u>	<u>429.173</u>	<u>398.264</u>

24. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
NATUREZA DA DESPESA				
Depreciação e Amortização	10.330	9.068	11.555	10.210
Despesas com Pessoal	120.597	112.021	143.147	131.061
Matérias Primas e Materiais de Uso e Consumo	229.845	202.807	197.683	173.952
Serviços de Terceiros	43.981	42.297	46.451	44.258
Outras Despesas Operacionais	24.399	20.370	28.592	22.400
	<u>429.152</u>	<u>386.563</u>	<u>427.428</u>	<u>381.881</u>
FUNÇÃO DA DESPESA				
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	333.356	296.522	325.387	288.097
Despesas com Vendas	63.758	60.436	65.562	62.011
Despesas Gerais e Administrativas	24.996	23.824	26.508	24.872
Outras Despesas Operacionais	7.042	5.781	9.971	6.901
	<u>429.152</u>	<u>386.563</u>	<u>427.428</u>	<u>381.881</u>

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Remuneração Direta	93.174	86.446	110.225	101.501
FGTS	8.754	7.855	10.394	9.289
Plano de Saúde	8.238	7.761	9.859	8.888
Vale Transporte	1.749	1.583	2.066	1.844
Outros Benefícios	2.998	3.008	3.466	3.457
	114.913	106.653	136.010	124.979

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia em seu conjunto forma uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos e confeccionados. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas Financeiras				
Receitas de Aplicações Financeiras	8.787	7.677	9.153	8.375
Descontos Auferidos	199	150	207	155
Juros Recebidos	1.216	1.068	1.222	1.069
Juros sobre Remuneração Capital Próprio	-	8	-	13
Variações Cambiais	4.951	10.429	4.952	10.490
Total das Receitas Financeiras	15.153	19.332	15.534	20.102
Despesas Financeiras				
Despesas Bancárias	1.060	1.109	1.086	1.133
Juros de Empréstimos e Financiamentos	4.086	3.630	4.086	3.630
Variações Cambiais Passivas	8.511	4.909	8.511	4.909
Descontos Concedidos	592	1.064	626	1.071
Outras Despesas Financeiras	145	444	184	507
Total das Despesas Financeiras	14.394	11.156	14.493	11.250
Resultado Financeiro Líquido	759	8.176	1.041	8.852

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outras Receitas Operacionais				
Receita de Venda de Ativos Imobilizados	3.882	1.185	5.194	1.185
Receitas c/ Créditos Tributários	5.167	1.495	5.173	1.578
Receitas de Subvenções	2.056	2.202	2.057	2.202
Reversão de Provisões	906	2.143	1.435	2.725
Recuperação Energia Elétrica - CCEE	2.078	2.831	2.084	2.938
Outras Receitas	117	71	215	71
	14.206	9.927	16.158	10.699
Outras Despesas Operacionais				
Custo Alienação Incentivo Fiscal Finor	-	(1.437)	-	(2.024)
Custo Baixa Ativo Imobilizado	(2.956)	(49)	(4.954)	(49)
Constituição de Provisões	(710)	(1.161)	(1.371)	(1.225)
Participações Empregados	(1.450)	(2.669)	(1.720)	(3.137)
Outras Despesas	(1.926)	(465)	(1.926)	(465)
	(7.042)	(5.781)	(9.971)	(6.900)
Outras Receitas / Despesas Operacionais Líquidas	7.164	4.146	6.187	3.799

29. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações emitidas.

	2016	2015
Numerador		
Lucro Líquido do Exercício Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Lucro Disponível aos Acionistas Preferenciais	4.630	8.449
Lucro Disponível aos Acionistas Ordinários	10.827	19.756
	15.457	28.205
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de Ações Preferenciais Emitidas	16.942	16.942
Quantidade de Ações Ordinárias Emitidas	43.574	43.574
Total	60.516	60.516
Resultado Básico e Diluído por Ação (em Reais)		
Ação Preferencial	0,273	0,499
Ação Ordinária	0,248	0,453

30. INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia utiliza como incentivo fiscal o crédito de ICMS presumido nas saídas de artigos têxteis, benefício que está previsto no art. 21 do Anexo 2 do RICMS/SC-01, e seu valor correspondente está sendo investido na modernização e ampliação do parque fabril. O valor de R\$ 16.419 apurado no período está reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício, no grupo de Deduções da Receita Bruta. Na destinação dos Lucros Acumulados, compõe as Reservas de Lucros em conta específica de Reserva de Subvenção para Investimentos, no qual não fará parte da base de cálculo para distribuição de dividendos em atendimento aos requisitos legais.

31. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR – EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), conforme Instrução CVM nº 257/2012.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita Operacional Líquida	427.525	397.232	429.173	398.264
Custo dos Produtos Vendidos	(333.356)	(296.522)	(325.387)	(288.097)
Lucro Operacional Bruto	94.169	100.710	103.786	110.167
(-) Despesas com Vendas	(63.758)	(60.436)	(65.562)	(62.011)
(-) Despesas Gerais, Administrativas e Operacionais	(24.996)	(23.824)	(26.508)	(24.872)
(+) Outras Receitas Operacionais	14.206	9.927	16.158	10.700
(-) Outras Despesas Operacionais	(7.042)	(5.781)	(9.971)	(6.901)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	3.947	5.382	-	-
(+) Depreciação/ Amortização	10.330	9.068	11.555	10.210
EBITDA	26.856	35.046	29.458	37.293
% s/ Receita Operacional Líquida	6,28%	8,82%	6,86%	9,36%

32. COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia e suas controladas estão segurados pelo valor de R\$ 486.550 para o conjunto de bens do Ativo Imobilizado e Estoques. A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da **Döhler S/A.**
Joinville (SC)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Döhler S/A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Döhler S/A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Döhler S/A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas

demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável (“impairment”) de contas a receber de clientes

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações contábeis n. 3.12, 4 e 8, na determinação dos níveis de perda por redução ao valor recuperável das contas a receber de clientes e conseqüentemente nas estimativas para a provisão para perdas, a Companhia faz julgamentos significativos relacionados aos critérios, premissas e dados usados na determinação desse valor, especificamente relativos aos níveis de crédito disponíveis e aos dados históricos de inadimplência, para as operações originadas pela venda de mercadorias.

Em função do alto grau de julgamento necessário para determinar tais estimativas, o elevado volume de transações originadas pela venda de mercadorias, juntamente com o atual cenário econômico, que afeta o segmento em que a Companhia atua, bem como face ao impacto que eventuais alterações nos critérios, premissas e dados associados a esse julgamento poderiam ter nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes, realizados através de amostras, para avaliar o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos sobre as transações de venda, sobre o adequado registro dos recebíveis e sobre a aprovação do limite de crédito. Testamos, por amostragem, a suficiência dos critérios, premissas e dados utilizados pela Companhia para determinar os níveis de inadimplência, atentando para políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação e critérios de provisão para perdas. Adicionalmente, analisamos se historicamente as provisões efetuadas pela Companhia tem se materializado e consideramos esse histórico em comparação com as premissas utilizadas pela Companhia para a provisão registrada no período, e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas às demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão anual da Vida Útil do Ativo Imobilizado

Na revisão da política de estimativa de vida útil dos bens, a Companhia leva em consideração julgamento e uso de premissas e estimativas subjetivas. Quaisquer mudanças nas premissas e estimativas em relação aos resultados efetivos podem afetar a valorização ou desvalorização desses ativos, assim como a despesa de depreciação. Conforme mencionado na nota explicativa n. 12, a Companhia procedeu a Revisão Anual da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado e julgou a que as vidas úteis adotadas na Política de Vida Útil do Imobilizado refletem o padrão de consumo dos ativos, não sendo necessárias mudanças de estimativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, reconhecimento e mensuração dos bens do imobilizado, com testes, realizados através de amostras, assim como as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de

cálculo adotado pelos especialistas da Companhia, que considera, entre outros, o estado de conservação dos bens, política de manutenção, evolução tecnológica, política de renovação de ativos e a experiência da Companhia com seus ativos.

Consideramos que as premissas utilizadas e divulgações efetuadas pela Companhia são consistentes com as informações contidas nos estudos técnicos apresentados.

Provisões para Contingências Judiciais e Passivos Contingentes

A **Döhler S/A.** e suas controladas, são partes no curso normal de suas atividades, em processos cíveis, tributários, previdenciários e trabalhistas, para os quais a administração estima uma provisão ou divulgação em suas demonstrações contábeis, conforme grau de risco de perda calculado por sua consultoria jurídica, segundo mencionado na nota explicativa n. 19.2.

Essa área foi foco de nossa auditoria porquanto os processos mencionados geralmente envolvem discussões sobre o mérito e sobre os aspectos processuais complexos, além de julgamento da administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera o histórico de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por advogados.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor correto das provisões. Para selecionadas causas mais significativas, discutimos, a razoabilidade do prognóstico de perda.

Consideramos que as provisões e divulgações efetuadas pela Companhia são consistentes com as informações obtidas com os advogados.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 8 de fevereiro de 2016, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis (SC), 14 de fevereiro de 2017.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Lourival Pereira Amorim
Contador CRC-SC 9.914/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Döhler S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições legais, procederam ao exame das demonstrações financeiras, do relatório anual da Administração e da proposta da Administração para destinação do resultado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer sem ressalva dos Auditores Independentes, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Joinville (SC), 13 de março de 2017.

Conselheiros Fiscais

Dionísio Leles da Silva Filho
Airton Dejair Romão
Fábio Girolla

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ROLAND DÖHLER – Presidente
UDO DÖHLER
CESAR PEREIRA DÖHLER
ELISABETH DÖHLER DA SILVA
RICARDO DÖHLER
ROBERTO TEODORO BECK
ANKE DÖHLER

DIRETORIA

UDO DÖHLER – Diretor Presidente e de Relação com Investidores
ROLAND DÖHLER – Diretor Superintendente
ARNO WALDEMAR DÖHLER JR. – Diretor Adjunto
INGO DÖHLER – Diretor Industrial
JOSÉ MÁRIO GOMES RIBEIRO – Diretor Técnico
CARLOS ALEXANDRE DÖHLER – Diretor de Vendas

CONTADOR

GERSON LEHM
CRC/SC 013264/O-3

DÖHLER S.A.

Companhia Aberta (código CVM 520-7)

CNPJ 84.683.408/0001-03

Joinville – Santa Catarina

DECLARAÇÃO

Os Srs. Udo Döhler, Roland Döhler, Arno Waldemar Döhler Junior, Ingo Döhler, José Mário Gomes Ribeiro e Carlos Alexandre Döhler, Diretores da Döhler S.A., em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do Artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

- a) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes VGA Auditores Independentes, relativo as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e
- b) Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Döhler S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Joinville, 20 de fevereiro de 2017.

UDO DÖHLER – Diretor Presidente e de Relação com Investidores
ROLAND DÖHLER – Diretor Superintendente
ARNO WALDEMAR DÖHLER JR. – Diretor Adjunto
INGO DÖHLER – Diretor Industrial
JOSÉ MÁRIO GOMES RIBEIRO – Diretor Técnico
CARLOS ALEXANDRE DÖHLER – Diretor de Vendas